

**DOC 20**



**PREFEITURA DE MARIANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**Departamento de Receita Mobiliária e Fiscalização**

**INTIMAÇÃO 02/2019**

**CONTRIBUINTE:** MARINICE VIEIRA DE OLIVEIRA

**ENDEREÇO:** RUA BOM JESUS, 366, CENTRO, MARIANA/MG, CEP: 35420-000

O contribuinte acima qualificado, na qualidade de titular do Cartório de Registro Civil de Mariana/MG, presta serviços de registros públicos e/ou cartorários e notariais.

Em maio de 2017, através do Termo de Fiscalização C08, foi requisitada a entrega da seguinte documentação:

- Declarações de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP/TFJ) enviadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (período: maio de 2012 a junho de 2017);
- Livro Caixa (período: maio de 2012 a junho de 2017);
- Declaração de Imposto de Renda do Titular do Cartório (período: maio de 2012 a junho de 2017);


O contribuinte impugnou o Termo de Fiscalização nos autos do PRO 3006/2017, no entanto a impugnação foi indeferida.

Dessa forma, é a presente para intimá-la novamente a apresentar **no prazo de 15 dias** a contar do recebimento, a seguinte documentação:

- Declarações de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP/TFJ) enviadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);
- Livro Caixa (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);
- Declaração de Imposto de Renda do Titular do Cartório (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);

A falta de cumprimento dessa intimação culminará na lavratura de Auto de Infração nos termos do artigo 239 do Código Tributário Municipal, bem como no lançamento de ofício de ISSQN nos moldes do artigo 197 do mesmo diploma legal.

Mariana, 17/10/2019.

  
\_\_\_\_\_  
Mayra Soraggi Marafelli  
Auditora Fiscal de Tributos





**PREFEITURA DE MARIANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**Departamento de Receita Mobiliária e Fiscalização**

**INITMAÇÃO 4/2019**

**CONTRIBUINTE:** ANA CRISTINA DE SOUZA MAIA

**CNPJ:** 21.103.411/0001-82

**ENDEREÇO:** RUA DIREITA, 54, SALA 02, CENTRO, MARIANA/MG, CEP: 35420-000

O contribuinte acima qualificado, na qualidade de titular do Mariana Cartório do Registro de Imóveis, presta serviços de registros públicos e/ou cartorários e notariais.

Em maio de 2017, através do Termo de Fiscalização C12, foi requisitada a entrega da seguinte documentação:

- Declarações de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP/TFJ) enviadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (período: maio de 2012 a junho de 2017);
- Livro Caixa (período: maio de 2012 a junho de 2017);
- Declaração de Imposto de Renda do Titular do Cartório (período: maio de 2012 a junho de 2017);


O contribuinte impugnou o Termo de Fiscalização nos autos do PRO 3009/2017, no entanto, a impugnação foi indeferida.

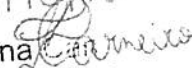
Dessa forma, é a presente para intimá-la novamente a apresentar **no prazo de 15 dias** a contar do recebimento, a seguinte documentação:

- Declarações de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP/TFJ) enviadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);
- Livro Caixa (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);
- Declaração de Imposto de Renda do Titular do Cartório (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);

A falta de cumprimento dessa intimação culminará na lavratura de Auto de Infração nos termos do artigo 239 do Código Tributário Municipal, bem como no lançamento de ofício de ISSQN nos moldes do artigo 197 do mesmo diploma legal.

Mariana, 17/10/2019.

  
\_\_\_\_\_  
Mayra Soraggi Marafelli  
Auditora Fiscal de Tributos

*Recebido*  
21/10/19  
  
Luana Carneiro  
Aux. de Car.  
CRI Mariana



**PREFEITURA DE MARIANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**Departamento de Receita Mobiliária e Fiscalização**

**INTIMAÇÃO 5/2019**

**CONTRIBUINTE:** GUSTAVO HENRIQUE PATARO PINTO

**ENDEREÇO:** RUA MANOEL DA COSTA ATHAIDE, 86 A, CENTRO, MARIANA/MG, CEP: 35420-000

O contribuinte acima qualificado, na qualidade de titular do Cartório Pataro, presta serviços de registros públicos e/ou cartorários e notariais.

Em maio de 2017, através do Termo de Fiscalização C18, foi requisitada a entrega da seguinte documentação:

- Declarações de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP/TFJ) enviadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (período: maio de 2012 a junho de 2017);
- Livro Caixa (período: maio de 2012 a junho de 2017);
- Declaração de Imposto de Renda do Titular do Cartório (período: maio de 2012 a junho de 2017);


O contribuinte impugnou o Termo de Fiscalização nos autos do PRO 3006/2017, no entanto, a impugnação foi indeferida.

Dessa forma, é a presente para intimá-la novamente a apresentar **no prazo de 15 dias** a contar do recebimento, a seguinte documentação:

- Declarações de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP/TFJ) enviadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);
- Livro Caixa (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);
- Declaração de Imposto de Renda do Titular do Cartório (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);

A falta de cumprimento dessa intimação culminará na lavratura de Auto de Infração nos termos do artigo 239 do Código Tributário Municipal, bem como no lançamento de ofício de ISSQN nos moldes do artigo 197 do mesmo diploma legal.

Mariana, 17/10/2019.

  
\_\_\_\_\_  
Mayra Soraggi Marafelli  
Auditora Fiscal de Tributos

*Verônica Oliveira F. Pinheiro*  
Auxiliar de Cartório  
Cartório do 1º Ofício de Notas  
Recebido em 17/10



**PREFEITURA DE MARIANA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**Departamento de Receita Mobiliária e Fiscalização**

**INTIMAÇÃO 6/2019**

**CONTRIBUINTE:** GLEYSER SIQUEIRA DE MORAIS

**ENDEREÇO:** RUA ALFERES JOÃO FERREIRA, 81, CENTRO, MARIANA/MG, CEP: 35420-000

O contribuinte acima qualificado, na qualidade de titular do Ofício do Registro Civil e Tabelionato de Notas, prestam serviços de registros públicos e/ou cartorários e notariais.

Em maio de 2017, através do Termo de Fiscalização C16, foi requisitada a entrega da seguinte documentação:

- Declarações de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP/TFJ) enviadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (período: maio de 2012 a junho de 2017);
- Livro Caixa (período: maio de 2012 a junho de 2017);
- Declaração de Imposto de Renda do Titular do Cartório (período: maio de 2012 a junho de 2017);


O contribuinte impugnou o Termo de Fiscalização nos autos do PRO 3009/2017, no entanto, a impugnação foi indeferida.

Dessa forma, é a presente para intimá-la novamente a apresentar **no prazo de 15 dias** a contar do recebimento, a seguinte documentação:

- Declarações de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária (DAP/TFJ) enviadas ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);
- Livro Caixa (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);
- Declaração de Imposto de Renda do Titular do Cartório (período: novembro de 2014 a dezembro de 2017);

A falta de cumprimento dessa intimação culminará na lavratura de Auto de Infração nos termos do artigo 239 do Código Tributário Municipal, bem como no lançamento de ofício de ISSQN nos moldes do artigo 197 do mesmo diploma legal.

Mariana, 17/10/2019.

  
\_\_\_\_\_  
Mayra Soraggi Marafelli  
Auditora Fiscal de Tributos

*recebido em 01/10/2019*  
*Mayra*



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA  
Procuradoria Geral do Município

CI - Comunicação Interna

Nº. 481 Ano: 2019

De:	Procuradoria Geral do Município
Para:	Secretaria Municipal de Fazenda
Assunto:	Disponibilização Parecer – ISSQN Cartorários

Mariana, 08 de outubro de 2019

À  
Secretaria Municipal de Fazenda  
At. Sr. José Carlos Sampaio de Castro  
DD. Secretário Municipal

À  
Auditoria Fiscal  
At. Sra. Mayra Soraggi Marafelli  
DD. Auditora Fiscal de Tributos

Prezados Senhores:

Em atenção à Comunicação Interna nº. 033/2019 encaminhada pela Auditoria Fiscal em 08.10.2019, a Procuradoria Geral do Município disponibiliza-lhes o respectivo parecer consultivo sobre indicação de quais tabeliães locais é possível exigir a quitação do ISSQN incidente sobre os serviços cartorários.

Atenciosamente,

*Aurimar Marcelo da Silva*  
**Aurimar Marcelo da Silva**  
Subprocurador de Assessoria Jurídica  
OAB/MG nº. 127.420

Local de entrega:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Recebido em ...../...../2019

Nome completo  
Carimbo: \_\_\_\_\_





**PREFEITURA  
DE MARIANA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA  
RUA SENECA, 100 - JARDIM SANTA LUIZA  
CARIACÁS - MARIANA - MG - CEP: 35.000-000  
Telefone: (31) 3501.1111

WWW.MARIANA.MG.GOV.BR

## **PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Trata-se de solicitação de parecer consultivo realizada pela **Secretaria Municipal de Fazenda**, por meio da Comunicação Interna nº. 033/2019, para a indicação de quais oficiais podem figurar no polo passivo da cobrança do ISSQN incidente sobre as atividades cartorárias, levando em consideração a existência de discussão judicial sobre a matéria.

Eis o resumo dos fatos. Passa-se à análise consultiva.

A constitucionalidade da tributação do ISSQN sobre os serviços executados por tabeliães foi objeto de análise jurídica por esta Procuradoria Geral do Município no PRO nº. 3.006/2017, cuja manifestação foi embasada em diversos julgamentos proferidos pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)** e pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, quando à época apurou-se que a referida exigência tributária encontra agasalho na Constituição Federal.

Portanto, sobre a constitucionalidade da matéria, a Procuradoria Geral do Município deixa de se manifestar no momento, considerando ainda que a mesma já foi estudada e que o **Município de Mariana** editou a Lei Complementar Municipal nº. 166/2017 e novamente previu, expressamente, a tributação sobre os serviços de registros públicos, cartorários e notariais (subitem 21.01).

As decisões judiciais exaradas no Mandado de Segurança nº. 0400.04.010.537-3, implicitamente indicados pela **Secretaria Municipal de Fazenda**, criaram dúvidas quanto à exigibilidade do ISSQN sobre os serviços de registros públicos, cartorários e notariais, considerando que à época o **Supremo Tribunal Federal (STF)** julgava a referida tributação como inconstitucional. Atente-se quanto ao reconhecimento exercido pelos Juízos *a quo* e *ad quem*, respectivamente:

Pelo exposto e por tudo mais que foi visto, concedo a segurança para declarar a imunidade tributária dos serviços de registros públicos, cartorários e notariais delegados aos impetrantes, relativamente ao ISSQN, por reconhecer, incidentalmente, a inconstitucionalidade do art. 1º, itens 21 e 21.01 da Lei Complementar nº. 007/2001 do Município de Mariana, na nova redação dada pela Lei Complementar nº. 015/2003, bem assim, da disposição correspondente na Lei Complementar Federal nº. 116/2003, tudo em face do art. 150, inciso VI, alínea a da Constituição Federal.

Ao deduzido, estou, em reexame necessário, confirmando a bem cinzelada sentença, proferida na monocrática instância, dando por prejudicada a apelação voluntária.



## PREFEITURA DE MARIANA

PROCURADORIA MUNICIPAL  
Praça Juscelino Kubitschek, s/nº  
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000  
Telefone: 31 3557 9032

www.mariana.mg.gov.br

O procedimento mandamental configura-se como uma das modalidades de tutela constitucional das liberdades e não como ferramenta passível de utilização para a decretação de inconstitucionalidade de lei municipal em caráter geral, inclusive por ausência de observação da regra da reserva de plenário. As decisões proferidas no Mandado de Segurança nº. 0400.04.010.537-3 não tinham poder para tanto mas, conforme se observa, os julgadores consideraram naqueles autos a exigência de ISSQN sobre os serviços de registros públicos, cartorários e notariais como ineficaz em confrontação com o posicionamento à época adotado pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)**.

No caso sob apreço, o pedido de decretação incidental de inconstitucionalidade (controle difuso) deferido para inexigibilidade do ISSQN abrangiu, tão somente, as partes litigantes no referido Mandado de Segurança, conforme o próprio Juízo sentenciante se manifestou ao limitar o alcance mandamental aos impetrantes **Maria Aparecida Pizzatti Roberto, Giovani dos Reis Silva, Jorge Aloísio Teixeira da Fonseca, Breno Barbosa Borges e Hélio dos Santos Oliveira**.

Registre-se, por oportuno, que a Lei Estadual nº. 12.919/98 indica a obrigatoriedade de aprovação em concurso público para que a pessoa natural sejam delegadas as funções próprias condizente ao tabelionato:

Art. 3º - A delegação para o exercício das atividades notarial e de registro depende de habilitação em concurso público de provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, segundo o disposto nesta Lei e em resolução da Corte Superior.

No mesmo sentido, as disposições da Lei nº. 8.935/94:

Art. 14 - A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguintes requisitos:  
I - habilitação em concurso público de provas e títulos;  
II - nacionalidade brasileira;  
III - capacidade civil;  
IV - quitação com as obrigações eleitorais e militares;  
V - diploma de bacharel em direito;  
VI - verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado sob delegação do Poder Público e, conforme se depreende da análise da Lei nº. 8.935/94, os tabelionatos têm somente personalidade administrativa, cabendo ao notário a livre administração pessoal de seu estabelecimento:

Art. 21 - O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal.

*Assinatura*





# PREFEITURA DE MARIANA

PROCURADORIA MUNICIPAL  
Praça Juscelino Kubitschek, s/nº  
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000  
Telefone: 31 3557 9037

www.mariana.mg.gov.br

cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.

Se assim o é, levando em consideração que o sujeito passivo da tributação do ISSQN sobre os serviços cartorários é o tabelião (e não o tabelionato), os efeitos do Mandado de Segurança nº. 0400.04.010.537-3 abarcam, exclusivamente, **Maria Aparecida Pizzatti Roberto, Giovani dos Reis Silva, Jorge Aloísio Teixeira da Fonseca, Breno Barbosa Borges e Hélio dos Santos Oliveira**, desde que os mesmos ainda estejam na ativa como responsáveis cartorários.

Por outro lado, o **Supremo Tribunal Federal (STF)**, no Recurso Extraordinário nº. 949.927, com repercussão geral reconhecida, analisa os *"limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado"* (Tema nº. 881), cuja ementa recebeu a seguinte redação:

Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos arts. 3º, IV, 5º, caput, II e XXXVI, 37 e 150, VI, c, da Constituição Federal, o limite da coisa julgada em âmbito tributário, na hipótese de o contribuinte ter em seu favor decisão transitada em julgado que declare a inexistência de relação jurídico-tributária, ao fundamento de inconstitucionalidade incidental de tributo, por sua vez declarado constitucional, em momento posterior, na via do controle concentrado e abstrato de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal.

Se no Mandado de Segurança nº. 0400.04.010.537-3 o Juízo local declarou, de forma incidental, que a tributação do ISSQN sobre os serviços cartorários é inconstitucional e mais tarde o **Supremo Tribunal Federal (STF)** determinou que a referida exigência encontra respaldo na Constituição Federal, pode ser que futuramente, ao final do julgamento do Recurso Extraordinário nº. 949.927 e dependendo de seu resultado, o **Município de Mariana** possa exigir o referido tributo de **Maria Aparecida Pizzatti Roberto, Giovani dos Reis Silva, Jorge Aloísio Teixeira da Fonseca, Breno Barbosa Borges e Hélio dos Santos Oliveira** caso os mesmos ainda estejam como titulares de tabelionatos locais.

Face ao exposto e em razão do caráter consultivo do presente parecer, restrito aos seus aspectos jurídico-formais, a Procuradoria Geral do Município **recomenda** à **Secretaria Municipal de Fazenda** as seguintes providências:

a) A verificação em seus registros (ou por outro meio qualquer) se **Maria Aparecida Pizzatti Roberto, Giovani dos Reis Silva,**



**PREFEITURA  
DE MARIANA**

PROCURADORIA MUNICIPAL  
Praça Juscelino Kubitschek, s/nº  
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000  
Telefone: 31 3557 9037

[www.mariana.mg.gov.br](http://www.mariana.mg.gov.br)

**Jorge Aloísio Teixeira da Fonseca, Breno Barbosa Borges e Hélio dos Santos Oliveira** ainda continuam ativos como tabeliães;

b) A exigência de documentos para apuração do ISSQN e a cobrança do tributo somente em relação aos atuais tabeliães que não estejam inclusos no grupo indicado na alínea "a" acima;

c) A exigência de documentos para apuração do ISSQN e a cobrança do tributo em relação a todos os tabeliães locais, independente de figurarem no grupo indicado na alínea "a" acima, a depender do resultado do julgamento do Recurso Extraordinário nº. 949.927 pelo **Supremo Tribunal Federal (STF)** e a modulação de seus efeitos ao longo do tempo.

É o parecer, salvo melhor apreciação.

Mariana, 08 de outubro de 2019.

*Aurimar Marcelo da Silva*

**Aurimar Marcelo da Silva**  
Subprocurador de Assessoria Jurídica  
OAB/MG nº. 127.420